



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Vara Única da Comarca de Caxambu

**EDITAL N° 002/2018**

### **SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EXISTENTES E QUE VIEREM A SURGIR NO PRAZO DE VALIDADE DESTA SELEÇÃO NA COMARCA DE CAXAMBU DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito, Dr. RAUL FERNANDO DE OLIVEIRA RODRIGUES, Diretor do Foro da Comarca de Caxambu, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º, III da Portaria-Conjunta nº 400/2015, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, torna pública a abertura de inscrições para a seleção pública para provimento de vagas existentes e que vierem a surgir no prazo de validade desta seleção de estagiários do curso de pós-graduação em Direito na Comarca de Caxambu do Estado de Minas Gerais, nos termos deste Edital.

#### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 Poderão participar da seleção pública, estudantes dos cursos de pós-graduação em Direito, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e das Portarias-Conjuntas 400/2015 e 297/2013.

1.2 A seleção pública será executada e acompanhada pelo Juiz de Direito, Dr. Raul Fernando de Oliveira Rodrigues, pelo Escrivão Judicial substituto, Auro de Moura Silveira, bem como pela Assessora do Juiz, Maria Eduarda Figueiredo Peluso Lopes.

1.3 A carga horária para a realização do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, com jornada de 6 (seis) horas diárias.

1.4 O estagiário fará jus ao recebimento de bolsa de estágio de graduação, prevista na Portaria-Conjunta nº 297/2013 e na Portaria nº 3063/PR/2014, que atualmente equivale à R\$ 1.047,00, acrescido de 50% e, também, de auxílio transporte, equivalente a 10% do valor da bolsa estágio.

1.5 A participação na presente seleção pública é aberta ao bacharel em Direito, estudante do curso de Pós-Graduação em Direito em área de atuação de atribuição da Vara Única desta Comarca de Caxambu, sendo que a admissão do candidato aprovado está condicionada ao cumprimento de requisitos e à comprovação da regularidade documental do convocado.

#### **2. DAS VAGAS E DOS CURSOS**

2.1 As vagas existentes são: 01 (uma) vaga para o Gabinete da Vara Única do Fórum da Comarca.

2.2 A seleção pública é destinada ao provimento de vagas de estágio e à formação de cadastro de reserva para as vagas que surgirem durante o período de validade da Seleção Pública.

#### **3. DAS INSCRIÇÕES**

  
Raul Fernando O. Rodrigues  
Juiz de Direito Substituto  
Mat. 74302 - TJMG



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

### Vara Única da Comarca de Caxambu

3.1 As inscrições serão realizadas no período de **09/08/2018 até 17/08/2018, das 12:00 às 18:00 horas** (horário de Brasília), no balcão da Secretaria de Juízo do Fórum da Comarca de Caxambu.

3.1.1. O estudante deverá comparecer ao local de inscrição munido de documento oficial de identificação com foto e deverá apresentar cópia do referido documento de identidade ou equivalente, nos termos definidos no item 6.4.1.

3.2 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3.3 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.4 No ato do preenchimento da ficha de inscrição, os candidatos que possuírem certificado de tempo de atividade como conciliador voluntário nos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais deverão apresentá-lo.

#### **4. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:**

4.1 Os candidatos com deficiência, inscritos nesta modalidade, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República, de 1988, bem como pelo artigo 37 do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações posteriores, que regulamenta a Lei nº 7.853, 14 de outubro de 1989, e pela Lei Estadual nº 11.867, 28 de julho de 1995, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital.

4.2 Nos termos da Lei Estadual nº 11.867, de julho de 1995, 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas, dentro do prazo de validade deste certame serão reservadas aos candidatos portadores de deficiência aprovados na Seleção Pública regida por este Edital.

4.3 O percentual de vagas para os candidatos inscritos como portadores de deficiência será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

4.4 A quinta, a décima quinta, a vigésima quinta vagas e assim sucessivamente, ficam destinadas aos candidatos inscritos como deficientes, no prazo de validade da seleção pública.

4.5 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá declarar-se com deficiência, no momento da inscrição.

4.6 O candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, de acordo com a legislação aplicável e o previsto neste edital.



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

### Vara Única da Comarca de Caxambu

4.7 Para fins de identificação da deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº 7.853, de 14 de outubro de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula 377 do STJ.

4.8 Caso não existam candidatos com deficiência classificados em número suficiente para preenchimento das vagas existentes e que vierem a surgir no prazo de validade da seleção pública, serão convocados estudantes da lista geral.

4.9 Os estudantes com deficiência que necessitam de condição especial para a realização da prova deverão solicitar a referida condição quando da inscrição.

4.10 O candidato que por alguma razão necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá apresentar no balcão da Secretaria de Juízo do Fórum da Comarca de Caxambu, dentro do horário de expediente, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de realização das provas, requerimento por escrito, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação.

4.11 A concessão das condições diferenciadas fica condicionada à possibilidade técnica de atendimento examinada pela Direção do Foro.

4.12 A não solicitação de condições especiais para a realização da prova, conforme disposto neste Edital, implicará a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação a esse respeito no dia da prova ou posteriormente, seja qual for o motivo alegado.

4.13 A relação dos candidatos que tiverem seus pedidos de condições diferenciadas indeferidos será divulgada no Átrio do Fórum da Comarca de Caxambu, no local onde são afixados os Editais, no período de cinco dias corridos anteriores à prova.

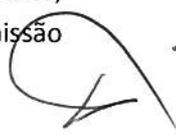
4.14 Os candidatos aprovados na seleção pública que se declararam deficientes deverão apresentar, quando da contratação, atestado médico original que tenha sido expedido em, no máximo, noventa dias a contar da data de entrega, no qual conste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID.

4.15 A critério do TJMG, quando da admissão, o candidato deficiente poderá ser submetido à perícia médica oficial, a ser realizada pela Gerência de Saúde no Trabalho – GERSAT.

4.15.1 A critério da Direção do Foro, poderão ser convocados magistrados e/ou servidores, lotados no setor ou órgão que receberá o estagiário deficiente, para compor comissão multidisciplinar.

4.15.1.1 Caberá à Comissão Multidisciplinar a análise da compatibilidade da deficiência com as atividades de estagiário.

BRASIL, 20 de dezembro de 2014.  
Juiz de Direito Substituto  
Mat. 74302 - TJMG

  
**Raul Fernando O. Rodrigues**  
Juiz de Direito Substituto  
Mat. 74302 - TJMG



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Vara Única da Comarca de Caxambu

4.15.2 O candidato, que se declarou deficiente quando da inscrição, mas que após a análise do atestado médico e/ou da perícia médica não foi considerado deficiente será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista geral.

4.15.3 O candidato com deficiência que for reprovado na perícia em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atividades previstas para a vaga oferecida permanecerá na lista até eventual surgimento de vaga compatível com sua deficiência, observado o prazo de validade da seleção pública.

4.15.3.1. Constatada a incompatibilidade da deficiência com qualquer vaga de estágio oferecida pelo Tribunal de Justiça, o candidato será excluído das listas de classificação.

### 5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

5.1 É de inteira responsabilidade do candidato a veracidade da informação sobre os dados pessoais, além de todas as demais informações prestadas.

5.2 O TJMG exime-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas fornecidas pelo candidato na Ficha de Inscrição.

5.3 A Ficha de Inscrição é intransferível.

### 6. DA SELEÇÃO

6.1 A seleção pública para preenchimento das vagas de estágio na Comarca de Caxambu e as que vierem a surgir, durante o prazo de validade do certame, será composta de provas dissertativas.

6.1.2 As provas dissertativas, não identificadas, de caráter eliminatório e classificatório, versarão sobre tema de conhecimento específico e, quando de sua correção, também deverá ser observado o emprego correto da Língua Portuguesa, nos termos do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, implementado a partir de 1º de janeiro de 2009.

6.1.3 Serão aplicadas duas provas dissertativas, constantes de elaboração de uma sentença, ou parte dela, e uma decisão interlocutória, referentes ao direito civil e ao direito penal.

6.1.4 A prova consistente na elaboração da sentença, será avaliada entre 0 a 07 pontos. A prova consistente na elaboração de decisão interlocutória, será avaliada entre 0 a 03 pontos. Ambas serão avaliadas segundo a coerência do texto, fundamentação legal adequada e conclusão correta da questão posta, além do previsto no item 6.1.2.

6.2 A prova ocorrerá no dia **24 de agosto de 2018, às 09:30 horas**, no salão do Tribunal do Júri da Comarca de Caxambu, e terá **duração máxima de 04 (quatro) horas**. Havendo elevado número de inscrições o local da prova será transferido, com prévia comunicação aos candidatos.

  
**Raul Fernando O. Rodrigues**  
Juiz de Direito Substituto  
Mat. 74302 - TJMG



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

### Vara Única da Comarca de Caxambu

6.2.1 Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

6.2.2 Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar as provas fora da data, do horário estabelecido ou do local determinado.

6.3 Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização das provas com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário fixado para o seu início.

6.3.1 O candidato deverá comparecer munido de documento de identidade oficial, caneta esferográfica de tinta azul ou preta e do comprovante de inscrição.

6.3.2 Será permitida a consulta a legislação seca, sem quaisquer comentários ou anotação, desde que seja trazida pelo candidato.

6.3.3 Não haverá fornecimento de leis e não poderão ser compartilhadas as legislações entre os candidatos, cada qual somente poderá consultar a legislação que trouxe.

6.3.4 Será eliminado o candidato que portar qualquer legislação comentada, livros de doutrinas ou qualquer outro material que não seja o permitido nos itens 6.3.1 e 6.3.2.

6.4 Será obrigatória a apresentação de documento de identidade oficial com foto, que permita a identificação segura do candidato e com prazo de validade vigente, para a realização das provas.

6.4.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo com foto).

6.4.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: xérox simples de qualquer documento; certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de motorista (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.5 Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

6.6 O candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

6.6.1 O caderno de provas não poderá ser levado pelo candidato.

RECEBUEIRO DE PROVAS  
COMARCA DE CAXAMBU  
JULHO - 2014

  
**Raul Fernando O. Rodrigues**  
Juiz de Direito Substituto  
Mat. 74302 - TJMG



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Vara Única da Comarca de Caxambu

6.7 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento no horário de início implicará a eliminação automática do candidato.

6.8 Será eliminado o candidato que:

- a) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- b) estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a esta Seleção Pública, por qualquer meio, durante a realização da(s) prova(s);
- c) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- d) portar arma no local de realização das provas, ainda que de posse de documento de licença para o respectivo porte;
- e) portar, mesmo que desligados ou fizer uso, durante o período de realização das provas, de qualquer equipamento eletrônico ou de instrumentos de comunicação interna ou externa;
- f) fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações, salvo os permitidos no item 6.3.2;
- g) deixar de atender as normas contidas nos Cadernos de Provas, na Folha de Respostas e demais orientações expedidas, durante a realização das provas;
- h) deixar de entregar a Folha de Respostas das provas, findo o prazo limite para realização das provas.
- i) registrar a identificação em quaisquer das provas, em local diverso do indicado para tal finalidade.

6.9 Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

6.10 Na correção da Folha de Respostas serão computadas como erros as questões rasuradas, ainda que inteligíveis.

6.11 O candidato não poderá danificar a Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

6.12 Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que possuir qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

6.13 O candidato não poderá identificar-se na prova dissertativa, sob pena de eliminação.

## 7. DA ATUAÇÃO COMO CONCILIADOR VOLUNTÁRIO

7.1 À atuação como conciliador voluntário nos Juizados Especiais, pelo período mínimo de 06 (seis) meses, será atribuído 01 (um) ponto.

7.2 O candidato que atuou como voluntário nos Juizados Especiais deverá entregar a declaração no ato da inscrição, nos termos do item 3.4 deste Edital.

## 8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

  
**Raul Fernando O. Rodrigues**  
Juiz de Direito Substituto  
Mat. 74302 - TJMG



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

### Vara Única da Comarca de Caxambu

8.1 A nota final será obtida pela soma da nota alcançada nas provas com a alcançada em razão da atuação de conciliador voluntário, limitada a 10 (dez) pontos.

8.1.1 Somente será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos pontos, considerando-se a soma das provas dissertativas.

8.2 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos.

8.3 Caso haja empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003;
- b) obtiver maior pontuação na prova de sentença;
- c) maior idade;
- d) sorteio.

8.4 Os classificados serão convocados, durante o prazo de validade da seleção, à medida que surgirem vagas, seguindo-se a ordem de classificação.

8.5 A classificação final será divulgada em duas listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência, e a segunda somente a classificação destes últimos.

8.5.1 A classificação preliminar e a classificação final serão divulgadas no Átrio do Fórum da Comarca de Caxambu, bem como no site [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br).

## 9. DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

9.1 - Caberá interposição de recurso fundamentado dirigido à comissão do concurso contra as seguintes decisões:

- a) indeferimento de condição diferenciada;
- b) resultado das provas;
- c) classificação final, desde que se refira a erro de cálculo da pontuação obtida.

9.2 O prazo para a interposição dos recursos a que se refere o item 9.1 deste Capítulo será de 03 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação do objeto do recurso.

9.3 Os recursos mencionados no item 9.1 deste Capítulo deverão ser apresentados diretamente à comissão do concurso, no Fórum Comarca de Caxambu, dentro do seu horário de expediente, em 02 (duas) vias, sendo vedada o envio por Sedex ou qualquer outro meio que não o pessoal.

9.4 Caso se aplique, o recurso contra gabarito e questões da prova objetiva de múltipla escolha deverá ser apresentado com obediência às seguintes especificações:

**Raul Fernando O. Rodrigues**  
Juiz de Direito Substituto  
Mat. 74302 - TJMG



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

### Vara Única da Comarca de Caxambu

- a) com indicação do número da questão questionada, da resposta do gabarito oficial e da resposta marcada pelo candidato;
- b) em folhas separadas, para cada questão recorrida;
- c) com identificação do candidato apenas na capa do recurso;
- d) sem qualquer identificação do candidato no corpo do recurso;
- e) com argumentação lógica, consistente e com referência à bibliografia pesquisada para fundamentar seus questionamentos.

9.5 Não serão conhecidos os recursos:

- a) interpostos coletivamente;
- b) sem a devida fundamentação;
- c) intempestivos;
- d) com a identificação do candidato no corpo da petição, ou seja, em local não indicado para tal finalidade.

9.6 A decisão sobre o deferimento ou indeferimento dos recursos a que se refere este Capítulo será divulgada no Átrio do Fórum da Comarca de Caxambu.

9.7 A decisão terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

9.8 Após a divulgação de que trata o item 9.7 deste Capítulo, a fundamentação da decisão sobre os recursos ficará disponível para consulta individualizada do candidato no período de 02(dois) dias úteis anteriores a data de homologação desta Seleção Pública.

## 10. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS

10.1 - O preenchimento das vagas existentes e das que vierem a ocorrer até o período de validade da seleção pública, será realizado de acordo com a ordem de classificação, observado o turno disponível para estágio, registrado na ficha de inscrição, considerada a conveniência administrativa.

10.2 Os candidatos com deficiência serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, observado o disposto no Capítulo 4 deste Edital, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

10.3 A convocação para o preenchimento das vagas de estágio na Comarca de Caxambu, do Estado de Minas Gerais, será realizada mediante contato telefônico e envio de e-mail.

10.3.1 Serão considerados para convocação os telefones e e-mails registrados pelo estudante quando da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter sempre atualizados os dados.

**Raul Fernando O. Rodrigues**  
Juiz de Direito Substituto  
Mat. 74302 - TJMG

Protocolo de Inscrição nº 10.25.097-2/2014  
Data de Inscrição: 10/01/2014  
Local de Inscrição: Fórum da Comarca de Caxambu



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

### Vara Única da Comarca de Caxambu

10.4 Todas as tentativas de contato por telefone e e-mail com os candidatos serão registradas pela comarca.

10.5 Caso a jornada de estágio seja incompatível com o horário de atividade escolar ou a vaga de estágio exija período superior ao cursado pelo estudante, o candidato permanecerá na lista de classificação até o surgimento de vaga compatível, observado o prazo de validade da seleção pública.

10.6 Será remanejado para o final da lista de aprovados o candidato que:

- a) não se encontrar regularmente matriculado, no momento da admissão, em instituição de ensino devidamente registrada nos órgãos competentes e conveniada com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
- b) não for localizado em razão de tentativas fracassadas de contato por endereço eletrônico e telefone.
- c) requerer seu remanejamento para o final da lista de classificação.
- d) após ser convocado, não comparecer ao Fórum no prazo de 02 (dois) dias úteis.
- e) recusar a vaga oferecida.

10.6.1 Os candidatos serão remanejados para o fim da lista de aprovados uma única vez.

10.7 O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação.

10.8 Após ser convocado, o estudante deverá comparecer à Secretaria de Juízo da Comarca de Caxambu, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.9 Aceita a vaga para a qual foi convocado, o candidato aprovado terá 05 (cinco) dias úteis para providenciar e apresentar a documentação necessária para o ingresso nas atividades de estágio, a saber:

- a) cópia da carteira de identidade e do cadastro de pessoa física do estudante;
- b) cópia do diploma de conclusão do Curso de Bacharel em Direito ou certidão correspondente;
- c) declaração original da instituição de ensino superior, contendo informação sobre a matrícula e a frequência regular no curso de pós-graduação;
- d) declaração do estudante indicando agência e conta-corrente, em estabelecimento bancário do Banco Itaú, para depósito dos valores relativos à bolsa de estágio e ao auxílio-transporte;
- e) declaração do estudante informando se é parente, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
- f) em se tratando de estudante deficiente, atestado médico original de que conste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao CID, expedido em até noventa dias antes da data de sua entrega.

10.10 Será eliminado da seleção pública o candidato que se recusar a observar as condições estipuladas pelo TJMG.



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Vara Única da Comarca de Caxambu

10.11 Durante o período de validade da seleção pública, o candidato aprovado deverá manter seus dados cadastrais (*e-mail*, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio, etc) atualizados junto à Direção do Foro, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização dos dados pessoais.

### 11. DA CONDIÇÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES

11.1 O candidato aprovado na seleção pública e convocado para preencher a vaga ingressará no Programa de Estágio de Pós-Graduação do TJMG por meio de celebração de Termo de Compromisso de Estágio, no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos das Portarias-Conjuntas 400/2015 e 297/2013 do TJMG.

### 12. DA VALIDADE DA SELEÇÃO PÚBLICA

12.1 A seleção pública terá validade de 01(um) ano a partir da divulgação do resultado, podendo ser prorrogado, por igual período, a critério da Direção do Foro da Comarca.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Todas as divulgações oficiais referentes ao concurso serão feitas mediante afixação no Átrio do Fórum da Comarca de Caxambu.

13.2 É vedada a realização de estágio por estudante que se encontre no exercício da advocacia ou possua vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados, que seja policial civil ou militar e que seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

13.2.1 Aplica-se à contratação de estagiário no âmbito do TJMG o disposto no Enunciado Administrativo nº 7, do Conselho Nacional de Justiça, de 21 de junho de 2007.

13.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras da Seleção Pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

13.4 A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o TJMG.

13.5 O acompanhamento da divulgação deste Edital e de comunicados relacionados à Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

13.6 Não serão aceitas apresentação de documentos ou a interposição de recursos via fax, telex, telegrama, correio eletrônico, ou outro meio não especificado neste Edital.

Raul Fernando O. Rodrigues  
Juiz de Direito Substituto  
Mat. 74302 - TJMG

Raul Fernando O. Rodrigues  
Juiz de Direito Substituto  
Mat. 74302 - TJMG



## **Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais**

### **Vara Única da Comarca de Caxambu**

13.7 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Edital.

13.8 Para contagem do prazo de apresentação de documentos e interposição de recursos, excluir-se-á o dia da divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que dia útil na Comarca, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente.

13.9 A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos e de recursos será feita pela data do protocolo de recebimento.

13.10 Os recursos deverão ser apresentados de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição durante ou após os prazos estabelecidos neste Edital.

13.11 Informações e orientações referentes à Seleção Pública poderão ser obtidas no Fórum da Comarca de Caxambu, pessoalmente, ou através do telefone (35) 3341-1205, observado o horário de expediente forense.

13.12 O resultado final da seleção pública será homologado pelo Juiz(íza) Diretor(a) do Foro .

13.13 A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o concurso, a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.14 As ocorrências não previstas neste edital e os casos omissos serão resolvidos pela Direção do Foro da Comarca e, em última análise, pelo Superintendente da EJEJF.

13.15 Integra este Edital, o Anexo I correspondente ao Cronograma Prévio e o Anexo II correspondente ao Conteúdo Programático.

Caxambu, 06 de agosto de 2018

**RAUL FERNANDO DE OLIVEIRA RODRIGUES**  
**Juiz de Direito**





**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais**

Vara Única da Comarca de Caxambu

**ANEXO I**

Cronograma prévio (sujeito à alteração):

INSCRIÇÕES	09/08/2018 a 17/08/2018
PROVA	24/08/2018
DATA PROVÁVEL DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR.	28/08/2018
PRAZO RECURSAL	29/08/2018 à 31/08/2018
DATA PROVÁVEL PARA A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DOS RECURSOS, CASO EXISTAM, E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL.	03/09/2018
CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA VAGA.	03/09/2018
APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO.	05/09/2018 a 12/09/2018

  
**Raul Fernando O. Rodrigues**  
Juiz de Direito Substituto  
Mat. 74302 - TJMG





**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais**

Vara Única da Comarca de Caxambu

**ANEXO II**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**DIREITO**

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Decreto-Lei nº 3.689/1941 (Código de Processo Penal).

Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

Lei n. 10.406/2002 e 13.146/2015 (Código Civil)

Decreto-Lei 2.848/40(Código Penal)

Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor)

Lei n. 9.099/95 e 12.153/2009 (Juizados Especiais)

  
**Raul Fernando O. Rodrigues**  
Juiz de Direito Substituto  
Mat. 74302 - TJMG

